

TEMA 6. A Criação

A doutrina da Criação constitui a primeira resposta às questões fundamentais sobre a nossa origem e o nosso fim.



PDF: A Criação.

Introdução

A importância da verdade da criação baseia-se «no fundamento de todos os projectos divinos de salvação; [...] é o primeiro passo para a Aliança do Deus único com o seu povo; é o início da história da salvação que culmina em Cristo» (*Compêndio*, 51). Quer a Bíblia (*Gn* 1,1) quer o Credo começam com a profissão de fé em Deus Criador.

A diferença dos outros grandes mistérios da nossa fé – a Trindade e a Encarnação – a criação é «a primeira resposta às questões fundamentais do homem acerca da sua própria origem e do seu fim» (*Compêndio*, 51), que o espírito humano coloca e pode também, em parte, responder, como mostra a reflexão filosófica e os relatos das origens pertencentes à cultura religiosa de tantos povos (cf. *Catecismo*, 285), não obstante, a especificidade da noção de criação, somente se captou, de facto, com a revelação judaico-cristã.

A criação é, pois, um mistério de fé e, ao mesmo tempo, uma verdade acessível à razão natural (cf. *Catecismo*, 286). Esta peculiar posição entre fé e razão, faz da criação um bom ponto de partida na tarefa de evangelização e diálogo que os cristãos estão sempre – particularmente nos nossos dias [1] – chamados a realizar, como já fizera São Paulo no Areópago de Atenas (*Act* 17,16-34).

Costuma fazer-se a distinção entre acto criador de Deus – a criação *active sumpta* – e realidade criada, que é efeito de tal acção divina – a criação *passive sumpta* [2]. Seguindo este esquema expõem-se a seguir os principais aspectos dogmáticos da criação.

1. O acto criador

1.1. «A criação é obra comum da Santíssima Trindade» (*Catecismo*, 292)

A Revelação apresenta a acção criadora de Deus como fruto da Sua onnipotência, da Sua sabedoria e do Seu amor. Costuma atribuir-se a criação, particularmente, ao Pai (cf. *Compêndio*, 52), assim como a redenção ao Filho e a santificação ao Espírito Santo. Do mesmo modo, as obras “ad extra” da Trindade – a primeira delas, a criação – são comuns a todas as Pessoas e, por isso, é lógico perguntar qual o papel específico de cada Pessoa na criação, pois «cada pessoa divina realiza a obra comum segundo a Sua propriedade pessoal» (*Catecismo*, 258). É este o sentido da, igualmente, tradicional apropriação dos atributos essenciais – onnipotência, sabedoria, amor – respectivamente, ao operar criador do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

No Símbolo niceno-constantinopolitano confessamos a nossa fé «num só Deus, Pai onipotente, criador do céu e da terra»; «num só Senhor Jesus Cristo [...] por quem tudo foi feito»; e no Espírito Santo «Senhor que dá a vida» (*DS* 150). A fé cristã fala, portanto, não somente de uma criação *ex nihilo*, do nada, que indica a onnipotência de Deus Pai; mas também de uma criação feita com inteligência, com a sabedoria de Deus – o *Logos* por meio do qual tudo foi feito (*Jo* 1,3); e de uma criação *ex amore* (*GS* 19), fruto da liberdade e do amor que é o próprio Deus, o Espírito que procede do Pai e do Filho. Em consequência, as processões eternas das Pessoas estão na base do Seu operar criador [3].

Assim, como não há contradição entre a unicidade de Deus e ser três pessoas, de modo análogo não se contrapõe a unicidade do princípio criador com a diversidade dos modos de operar de cada uma das Pessoas.

«Criador do céu e da terra»

«No princípio, Deus criou o céu e a terra». Três coisas são afirmadas nestas primeiras palavras da Escritura: Deus eterno deu um princípio a tudo quanto existe fora d'Ele. Só Ele é criador (o verbo “criar” – em hebreu *bara* – tem sempre Deus por sujeito). E tudo quanto existe (expresso pela fórmula “o céu e a terra”) depende d'Aquele que lhe deu o ser» (*Catecismo*, 290).

Só Deus pode criar em sentido próprio [4], o que implica originar as coisas a partir do nada – *ex nihilo* – e não a partir de algo preexistente; para isso requer-se uma potência activa infinita, que só a Deus corresponde (cf. *Catecismo*, 296-298). É congruente, portanto, apropriar a onipotência criadora ao Pai, já que Ele é na Trindade (segundo uma clássica expressão) *fons et origo*, quer dizer, a Pessoa de quem procedem as outras duas, princípio sem princípio.

A fé cristã afirma que a distinção fundamental na realidade é a que se dá entre Deus e as Suas criaturas. Isto supôs uma novidade nos primeiros séculos, nos quais, polaridade entre matéria e espírito motivava visões inconciliáveis entre si (materialismo e espiritualismo, dualismo e monismo). O cristianismo quebrou estes moldes, sobretudo com a sua afirmação de que também a matéria, como o espírito, é criação do único Deus transcendente. Mais tarde, São Tomás desenvolveu uma metafísica da criação que descreve Deus como o próprio Ser subsistente – *Ipsum Esse Subsistens*. Como causa primeira, é absolutamente transcendente ao mundo e, ao mesmo tempo, em virtude da participação do Seu ser nas criaturas, está presente intimamente nelas, as quais dependem, em tudo, d'Aquele a que pertence a fonte do ser. Deus é *superior summo meo* e ao mesmo tempo, *intimior intimo meo* (Santo Agostinho, *Confissões*, 3,6,11; cf. *Catecismo*, 300).

«Por quem tudo foi feito»

A literatura sapiencial do Antigo Testamento apresenta o mundo como fruto da sabedoria de Deus (cf. *Sb* 9,9). «O mundo não é fruto duma qualquer necessidade, dum destino cego ou do acaso» (*Catecismo*, 295), mas tem uma inteligibilidade que a razão humana, participando na luz do Entendimento divino, pode captar, não sem esforço e num espírito de humildade e de respeito perante o Criador e a Sua obra (cf. *Jb* 42,3; cf. *Catecismo*, 299). Este desenvolvimento chega à sua expressão plena no Novo Testamento; ao identificar o Filho, Jesus Cristo, com o Logos (cf. *Jo* 1,1 ss), afirma que a sabedoria de Deus é uma Pessoa, o Verbo encarnado, por quem tudo foi feito (*Jo* 1,3). São Paulo formula esta relação do criado com Cristo, esclarecendo que todas as coisas foram criadas n'Ele, por Ele e para Ele (*Col* 1,16-17).

Há, pois, uma razão criadora na origem do cosmos (cf. *Catecismo*, 284) [5]. O cristianismo tem desde o início uma grande confiança na capacidade da razão humana para conhecer e uma enorme segurança em que jamais a razão – científica, filosófica, etc. – poderá chegar a conclusões contrárias à fé, pois ambas provêm de uma mesma origem.

Não é infrequente encontrarem-se pessoas que colocam falsas disjuntivas, como por exemplo, entre criação e evolução. Na realidade, uma adequada epistemologia não só distingue os âmbitos próprios das ciências naturais e da fé, mas, além disso, reconhece na filosofia um elemento necessário de mediação, pois as ciências, com o seu método e objecto próprios, não cobrem a totalidade do âmbito da razão humana e a fé, que se refere ao próprio mundo de que falam as ciências; necessita de categorias filosóficas [6] para se formular e entrar em diálogo com a racionalidade humana.

É, pois, lógico que desde o início, a Igreja procurasse o diálogo com a razão, uma razão consciente do seu carácter criado, pois não se deu a si própria a existência, nem dispõe, completamente, do seu futuro; uma razão aberta ao que a transcende, ou seja, à Razão originária. Paradoxalmente, uma razão fechada sobre si, que crê poder encontrar dentro de si a resposta às suas questões mais profundas, acaba por afirmar o sem-sentido da existência e por não reconhecer a inteligibilidade do real (nihilismo, irracionalismo, etc.).

«Senhor que dá a vida»

«Acreditamos que ele [o mundo] procede da vontade livre de Deus, que quis fazer as criaturas participantes do Seu Ser, da Sua sabedoria e da Sua bondade: “porque Vós criastes todas as coisas e, pela vossa vontade, elas receberam a existência e foram criadas” (Ap 4,11) [...]. “O Senhor é bom para com todos e a sua misericórdia estende-se a todas as criaturas” (Sl 145, 9)» (*Catecismo*, 295). Como consequência, «saída da bondade divina, a criação partilha dessa bondade (“E Deus viu que isto era bom [...] muito bom”: Gn 1,4.10.12.18.21.31). Porque a criação é querida por Deus como um dom orientado para o homem, como herança que lhe é destinada e confiada» (*Catecismo*, 299).

Este carácter de bondade e de dom livre permite descobrir na criação a actuação do Espírito - que «pairava sobre as águas» (Gn 1,2) - a Pessoa Dom na Trindade, Amor subsistente entre o Pai e o Filho. A Igreja confessa a sua fé na obra criadora do Espírito Santo, dador de vida e fonte de todo o bem [7].

A afirmação cristã da liberdade divina criadora permite superar as estreitezas de outras visões que, pondo uma necessidade em Deus, acabam por defender o fatalismo ou determinismo. Não há nada, nem “dentro” nem “fora” de Deus, que o obrigue a criar. Qual é, então, o fim que O move? Que pretendeu ao criar-nos?

1.2. «O mundo foi criado para a glória de Deus» (Concílio Vaticano I)

Deus criou tudo «não para aumentar a Sua glória mas para a manifestar e comunicar» (São Boaventura, *Sent.*, 2,1,2,2,1). O Concílio Vaticano I (1870) afirma que «na sua bondade e pela sua força onipotente, não para aumentar a sua felicidade, nem para adquirir a sua perfeição, mas para a manifestar pelos bens que concede às suas criaturas, Deus, no Seu libérrimo desígnio, criou do nada, simultaneamente, e desde o princípio do tempo uma e outra criatura – a espiritual e a corporal» (DS 3002; cf. *Catecismo*, 293).

«A glória de Deus está em que se realize esta manifestação e esta comunicação da sua bondade, em ordem às quais o mundo foi criado. Fazer de nós “filhos adoptivos por Jesus Cristo. Assim aprouve à sua vontade, para que fosse enaltecida a glória da sua graça” (Ef 1,5-6): “Porque a glória de Deus é o homem vivo e a vida do homem é a visão de Deus” (Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses*, 4,20,7)» (*Catecismo*, 294).

Longe de uma dialéctica de princípios contrapostos – como ocorre no dualismo de traço maniqueu e, também, no idealismo monista hegeliano – afirmar a glória de Deus como fim da criação não implica uma negação do homem, mas um pressuposto indispensável para a sua realização. O optimismo cristão mergulha as suas raízes na exaltação conjunta de Deus e do homem: «o homem é grande só se Deus é grande» [8]. Trata-se de um optimismo e de uma lógica que afirmam a absoluta prioridade do bem, mas que, nem por isso, são cegos perante a presença do mal no mundo e na história.

1.3. Conservação e providência. O mal

A criação não se reduz aos começos. «Depois da criação, Deus não abandona a criatura a si mesma. Não só lhe dá o ser e o existir, mas a cada instante a mantém no ser, lhe dá o agir e a conduz ao seu termo» (*Catecismo*, 301). A Sagrada Escritura compara esta actuação de Deus na história com a acção criadora (cf. *Is* 44,24; 45,8; 51,13). A literatura sapiencial explicita a acção de Deus que mantém na existência as suas

criaturas. «E como poderia subsistir algo se não o quisésseis ou conservar-se aquilo que Vós não tivésseis chamado?» (Sb 11,25). São Paulo vai mais longe e atribui esta acção conservadora a Cristo: «Ele é antes de todas as coisas e todas as coisas subsistem por Ele» (Cl 1,17).

O Deus cristão não é um relojoeiro ou um arquitecto que, após ter realizado a sua obra, se desinteressasse dela. Estas imagens são próprias duma concepção deísta, segundo a qual Deus não se imiscui nos assuntos deste mundo. Mas isto supõe uma distorção do autêntico Deus criador, pois separam drasticamente a criação da conservação e do governo divino do mundo [9].

A noção de conservação “faz de ponte” entre a acção criadora e o governo divino do mundo (providência). Deus não só cria o mundo e o mantém na existência, mas além disso «conduz as suas criaturas para a perfeição última, à qual Ele as chamou» (Compêndio, 55). A Sagrada Escritura apresenta a soberania absoluta de Deus e testemunha constantemente o seu cuidado paterno, tanto nas coisas mais pequenas como nos grandes acontecimentos da história (cf. *Catecismo*, 303). Neste contexto, Jesus revela-Se como a providência “encarnada” de Deus, que atende, como Bom Pastor, as necessidades materiais e espirituais dos homens (Jo 10,11.14-15; Mt 14,13-14, etc.) e ensina-nos a abandonarmo-nos ao seu cuidado (Mt 6,31-33).

Se Deus cria, mantém e dirige tudo com bondade, donde provém o mal? «A esta questão, tão premente quanto inevitável, tão dolorosa como misteriosa, não é possível dar uma resposta rápida e satisfatória. É o conjunto da fé cristã que constitui a resposta a esta questão [...]. Não há nenhum pormenor da mensagem cristã que não seja, em parte, resposta ao problema do mal» (*Catecismo*, 309).

A criação não ficou acabada no princípio, mas Deus fê-la *in statu viae*, ou seja, dirigida a uma perfeição última ainda por alcançar. Para a realização dos Seus desígnios, Deus serve-se do concurso das criaturas e concede aos homens uma participação na sua providência, respeitando a sua liberdade mesmo que façam o mal (cf. *Catecismo*, 302, 307, 311). O realmente surpreendente é que Deus «na sua onnipotente providência pode tirar um bem das consequências de um mal» (*Catecismo*, 312). É misteriosa, mas é uma enorme verdade que «todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus» (Rm 8, 28) [10].

A experiência do mal parece manifestar uma tensão entre a onnipotência e a bondade divinas na sua actuação na história. Aquela recebe resposta, certamente misteriosa, no evento da Cruz de Cristo, que revela o “modo de ser” de Deus e é, portanto, fonte de sabedoria para o homem (*sapientia crucis*).

1.4. Criação e salvação

A criação é «o primeiro passo para a Aliança do Deus único com o seu povo» (Compêndio, 51). Na Bíblia a criação está aberta à actuação salvífica de Deus na história, que tem a sua plenitude no mistério pascal de Cristo e que alcançará a sua perfeição final no fim dos tempos. A criação está feita com vista ao Sábado, o sétimo dia em que o Senhor descansou, dia em que culmina a primeira criação e que se abre ao oitavo dia em que começa uma obra ainda mais maravilhosa: a Redenção, a nova criação em Cristo (2 Cor 5,7; cf. *Catecismo*, 345-349).

Mostra-se, assim, a continuidade e unidade do desígnio divino de criação e redenção. Entre ambas não há nenhum hiato, pois o pecado dos homens não corrompeu totalmente a obra divina, mas o vínculo. A relação entre ambas – criação e salvação – pode expressar-se dizendo que, por um lado, a criação é o primeiro acontecimento salvífico e, por outro, que a salvação redentora tem as características de uma nova criação. Esta relação ilumina importantes aspectos da fé cristã, como a ordenação da natureza à graça ou a existência de um único fim sobrenatural do homem.

2. A realidade criada

O efeito da acção criadora de Deus é a totalidade do mundo criado, “céus e terra” (*Gn 1,1*). Deus é «Criador de todas as coisas, das visíveis e das invisíveis, espirituais e corporais; que pela sua onipotente virtude ao mesmo tempo, desde o princípio do tempo, criou do nada uma e outra criatura, a espiritual e a corporal, ou seja, a angélica e a mundana e depois a humana, como comum, composta de espírito e de corpo» [11].

O cristianismo supera quer o monismo (que afirma que a matéria e o espírito se confundem, que a realidade de Deus e do mundo se identificam), quer o dualismo (segundo o qual matéria e espírito são princípios originários opostos).

A acção criadora pertence à eternidade de Deus, mas o efeito de tal acção está marcado pela temporalidade. A Revelação afirma que o mundo foi criado como mundo com um início temporal [12], quer dizer, que o mundo foi criado juntamente com o tempo, o que se mostra muito congruente com a unidade do desígnio divino de se revelar na história da salvação.

2.1. O mundo espiritual: os anjos

«A existência de seres espirituais, não-corporais, que a Sagrada Escritura chama habitualmente anjos, é uma verdade de fé. O testemunho da Escritura é tão claro como a unanimidade da Tradição» (*Catecismo*, 328). Ambos os mostram na sua dupla função de louvar a Deus e serem mensageiros do seu desígnio salvador. O Novo Testamento apresenta os anjos em relação com Cristo, criados por Ele e para Ele (*Col 1,16*), rodeiam a vida de Jesus desde o seu nascimento até à Ascensão, sendo os anunciadores da sua segunda vinda gloriosa (cf. *Catecismo*, 333).

Assim, estão também presentes desde o início da vida da Igreja, que beneficia da sua ajuda poderosa e na sua liturgia une-se a eles na adoração a Deus. A vida de cada homem é acompanhada, desde o seu nascimento, por um anjo protector e pastor para o guiar na vida (cf. *Catecismo*, 334-336).

A teologia – especialmente São Tomás de Aquino, o *Doutor Angélico* – e o Magistério da Igreja aprofundaram na natureza destes seres puramente espirituais, dotados de inteligência e vontade, afirmando que são criaturas pessoais e imortais que excedem, em perfeição, todas as criaturas visíveis (cf. *Catecismo*, 330).

Os anjos foram criados num estado de prova. Alguns rebelaram-se irrevogavelmente contra Deus. Caídos no pecado, Satanás e os outros demónios – que tinham sido criados bons, mas por si próprios se fizeram maus – instigaram os nossos primeiros pais a pecar (cf. *Catecismo*, 391-395).

2.2. O mundo material

Deus «criou o mundo visível em toda a sua riqueza, a sua diversidade e a sua ordem. A Sagrada Escritura apresenta a obra do Criador, simbolicamente, como uma sequência de seis dias “de trabalho” divino que terminam no “repouso” do sétimo dia (*Gn 1,1-2,4*)» (*Catecismo*, 337). «A Igreja, em diversas ocasiões, viu-se na necessidade de defender a bondade da criação, mesmo a do mundo material (cf. *DS 286; 455-463; 800; 1333; 3002*)» (*Catecismo*, 299).

«Pela própria condição da criação, todas as coisas estão dotadas de firmeza, verdade e bondade próprias e de uma ordem» (*GS 36,2*). A verdade e bondade do criado procedem do único Deus Criador que é, ao mesmo tempo, Trino. Assim, o mundo criado é um certo reflexo da actuação das Pessoas divinas: «em todas as criaturas se encontra uma representação da Trindade à maneira de vestígio» [13].

O cosmos tem uma beleza e uma dignidade, enquanto obra de Deus. Há solidariedade e hierarquia entre os seres, as quais não conduzem à atitude contemplativa de respeito para com o criado e para com as leis naturais que o regem (cf. *Catecismo*, 339, 340, 342, 354). Certamente, o cosmos foi criado para o homem, que recebeu de Deus o mandato de dominar a terra (cf. *Gn* 1,28). Tal mandato não é um convite à exploração despótica da natureza, mas à participação no poder criador de Deus: mediante o seu trabalho o homem colabora no aperfeiçoamento da criação.

O cristão partilha das justas exigências que a sensibilidade ecológica põs em evidência nas últimas décadas, sem cair numa vaga divinização do mundo e afirmando a superioridade do homem sobre o resto dos seres como «o ponto culminante da obra da criação» (*Catecismo*, 343).

2.3. O homem

A pessoa humana goza de peculiar posição na obra criadora de Deus, ao participar, ao mesmo tempo, da realidade material e espiritual. A Escritura só nos diz que Deus o criou «à Sua imagem e semelhança» (*Gn* 1,26). Foi posto por Deus à cabeça da realidade visível e goza de uma dignidade especial, pois «de todas as criaturas visíveis, só o homem é capaz de conhecer e amar o seu Criador; é a única criatura sobre a terra que Deus quis por si mesma; só ele é chamado a partilhar, pelo conhecimento e pelo amor, a vida de Deus. Com este fim foi criado e tal é a razão fundamental da sua dignidade» (*Catecismo*, 356; cf. *ibidem*, 1701-1703).

Homem e mulher, na sua diversidade e complementaridade, queridas por Deus, gozam da mesma dignidade de pessoas (cf. *Catecismo*, 357, 369, 372). Em ambos, se dá a união substancial de corpo e alma, sendo esta a forma do corpo. Por ser espiritual, a alma humana é criada de modo imediato por Deus – e não “produzida” pelos pais, nem sequer é preexistente – e é imortal (cf. *Catecismo*, 366). Os dois pontos, espiritualidade e imortalidade, podem ser demonstrados filosoficamente. Portanto, é um reducionismo afirmar que o homem procede exclusivamente da evolução biológica (evolucionismo absoluto). Na realidade, há saltos ontológicos que não podem explicar-se apenas com a evolução. A consciência moral e a liberdade do homem, por exemplo, manifestam a sua superioridade sobre o mundo material e são a amostra da sua especial dignidade.

A verdade da criação ajuda a superar quer a negação da liberdade – determinismo – quer o extremo contrário de uma exaltação indevida da mesma: a liberdade humana é criada, não absoluta e existe na mútua dependência com a verdade e o bem. O sonho de uma liberdade como puro poder e arbitrariedade corresponde a uma imagem deformada, não só do homem mas, também, de Deus.

Mediante a sua actividade e o seu trabalho, o homem participa do poder criador de Deus [14]. Além disso, a sua inteligência e vontade são uma participação, uma chispa, da sabedoria e amor divinos. Enquanto o resto do mundo visível é um mero vestígio da Trindade, o ser humano constitui uma autêntica imagem, *imago Trinitatis*.

3. Algumas consequências práticas da verdade sobre a criação

A radicalidade da acção criadora e salvadora de Deus exige do homem uma resposta que tenha esse mesmo carácter de totalidade: “amarás o Senhor teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças” (*Dt* 6,5; cf. *Mt* 22,37; *Mc* 12,30; *Lc* 10,27). É nesta correspondência que se encontra a verdadeira felicidade, o único que preenche plenamente a sua liberdade.

Ao mesmo tempo, a universalidade da acção divina tem um sentido intensivo e extensivo: Deus cria e salva todo o homem e todos os homens. Corresponder à chamada de Deus, a amá-Lo com todo o nosso ser está intrinsecamente unido a levar o Seu amor a todo o mundo [15].

O conhecimento e admiração do poder, sabedoria e amor divinos conduz o homem a uma atitude de reverência, adoração e humildade, a viver na presença de Deus sabendo-se filho seu. Ao mesmo tempo, a fé na providência leva o cristão a uma atitude de confiança filial em Deus em todas as circunstâncias: com agradecimento diante dos bens recebidos e com simples abandono frente ao que possa parecer mau, pois Deus retira dos males bens maiores.

Consciente de que tudo foi criado para a glória de Deus, o cristão procura conduzir-se em todas as suas acções procurando o fim verdadeiro que enche a sua vida de felicidade: a glória de Deus, não a própria vanglória. Esforça-se por rectificar a intenção nas suas acções, de modo que possa dizer-se que o único fim da sua vida é este: *Deo omnis gloria!* [16]

Deus quis pôr o homem à frente da Sua criação outorgando-lhe o domínio sobre o mundo, de maneira que a aperfeiçoe com o seu trabalho. A actividade humana pode ser, portanto, considerada como uma participação na obra criadora divina.

A grandeza e beleza das criaturas suscita nas pessoas admiração e desperta nelas a questão sobre a origem e o destino do mundo e do homem, fazendo-se entrever a realidade do seu Criador. O cristão, no seu diálogo com os não crentes, pode suscitar estas questões para que as inteligências e os corações se abram à luz do Criador. Da mesma forma, no seu diálogo com os crentes das diversas religiões, o cristão encontra na verdade da criação um excelente ponto de partida, pois trata-se de uma verdade em parte partilhada e que constitui a base para a afirmação de alguns valores morais fundamentais da pessoa.

Santiago Sanz

Bibliografia básica

Catecismo da Igreja Católica, 279-374.

Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, 51-72.

DS, n. 125, 150, 800, 806, 1333, 3000-3007, 3021-3026, 4319, 4336, 4341.

Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, 10-18, 19-21, 36-39.

João Paulo II, *Creo en Dios Padre. Catequesis sobre el Credo* (I), Palabra, Madrid 1996, 181-218.

Leituras recomendadas

Santo Agostinho, *Confissões*, livro XII.

São Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, I, qq. 44-46.

São Josemaria, Homília «Amar o mundo apaixonadamente» em *Temas Actuais do Cristianismo*, 113-123.

Joseph Ratzinger, *Creación y pecado*, Eunsa, Pamplona 1992.

João Paulo II, *Memória e Identidade*, Bertrand Editora, Lisboa 2005.

Notas

[1] Entre outras muitas intervenções, cf. Bento XVI, *Discurso aos membros da Cúria romana*, 22-XII-2005; *Fé, Razão e Universidade* (Discurso em Regensburg), 12-IX-2006; *Angelus*, 28-I-2007.

- [2] Cf. São Tomás, *De Potentia*, q. 3, a. 3, co.; o *Catecismo* segue este mesmo esquema.
- [3] Cf. São Tomás, *Super Sent.*, lib. 1, d. 14, q. 1, a. 1, co.: «são a causa e a razão da processão das criaturas».
- [4] Por isso se diz que Deus não necessita de instrumentos para criar, já que nenhum instrumento possui a potência infinita necessária para criar. Daí também que, quando se fala, por exemplo, do homem como criador ou inclusive como capaz de participar no poder criador de Deus, o emprego do adjectivo “criador” não é analógico mas metafórico.
- [5] Este ponto aparece com frequência nos ensinamentos de Bento XVI, por exemplo, *Homilia* em Regensburg, 12-IX-2006; *Discurso* em Verona, 19-X-2006; *Encontro* com o clero da diocese de Roma, 22-II-2007; etc.
- [6] Tanto o racionalismo cientificista como o fideísmo acientífico necessitam de uma correcção da filosofia. Além disso, há-de evitar-se também a falsa apologética de quem vê forçadas concordâncias, procurando nos dados que a ciência traz uma verificação empírica ou uma demonstração das verdades de fé, quando, na realidade, como dissemos, se trata de dados que pertencem a métodos e disciplinas distintas.
- [7] Cf. João Paulo II, Carta Encíclica *Dominum et Vivificantem*, 18-V-1986, 10.
- [8] Bento XVI, *Homilia*, 15-VIII-2005.
- [9] O deísmo implica um erro na noção metafísica de criação, pois esta, enquanto doação de ser, leva consigo uma dependência ontológica por parte da criatura, que não é separável da sua continuação no tempo. Ambas constituem um mesmo acto, mesmo quando possamos distingui-las conceptualmente: «a conservação das coisas por Deus não se dá por alguma acção nova, mas pela continuação da acção que dá o ser, que é certamente uma acção sem movimento e sem tempo» (São Tomás, *Summa Theologiae*, I, q. 104, a. 1, ad 3).
- [10] Em continuidade com a experiência de tantos santos da história da Igreja, esta expressão paulina encontrava-se frequentemente nos lábios de São Josemaria, que vivia e animava assim a viver numa gozosa aceitação da vontade divina (cf. São Josemaria, *Sulco*, 127; *Via Sacra*, IX, 4; *Amigos de Deus*, 119). Por outro lado, o último livro de João Paulo II, *Memória e Identidade*, constitui uma profunda reflexão sobre a actuação da providência divina na história dos homens, segundo aquela outra asserção de São Paulo: «Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem» (*Rm* 12, 21).
- [11] Concílio Lateranense IV (1215), *DS* 800.
- [12] Assim o ensina o Concílio Lateranense IV e, referindo-se a ele, o Concílio Vaticano I (cf. respectivamente *DS* 800 y 3002). Trata-se de uma verdade revelada, que a razão não pode demonstrar, como ensinou São Tomás na famosa disputa medieval sobre a eternidade do mundo: cf. *Contra Gentiles*, lib. 2, cap. 31-38; e o seu opúsculo filosófico *De Aeternitate Mundi*.
- [13] São Tomás, *Summa Theologiae*, I, q. 45, a. 7, co.; cf. *Catecismo*, 237.
- [14] Cf. São Josemaria, *Amigos de Deus*, 57.
- [15] Que o apostolado é superabundância da vida interior (cf. São Josemaria, *Caminho*, 961), manifesta-se como a correlação da dinâmica *ad intra* – *ad extra* do actuar divino, quer dizer, da intensidade do ser, da sabedoria e do amor trinitário que transborda para as suas criaturas.

[16] Cf. São Josemaria, *Caminho*, 780; *Sulco*, 647; *Forja*, 611, 639, 1051.